



## **A construção de um curso estadual no Rio de Janeiro em gestão de cooperativas, associações e coletivos de trabalho na agricultura familiar**

<sup>1</sup>Ricardo Silveira de Oliveira Filho, <sup>2</sup>Iranilde de Oliveira Silva, <sup>3</sup>Raoni Amaral Lustosa, <sup>4</sup>Felippe de Oliveira Cezário e <sup>5</sup>Mayara Micaela Alves Gomes.

<sup>1</sup>Bacharel em Engenharia Mecânica pela Unicamp, mestrando do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ e membro do Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (SOLTEC/UFRJ). E-mail: [ricardosilveira.f@gmail.com](mailto:ricardosilveira.f@gmail.com);

<sup>2</sup>Zootecnista pela UFRRJ, com especialização em Agroecologia pela UFSC e Mestre em Ciências pelo Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola (PPGEA/UFRRJ), Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária da UFRRJ e membro do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (MST/RJ). E-mail: [iranildesilva1959@gmail.com](mailto:iranildesilva1959@gmail.com);

<sup>3</sup>Licenciado em Ciências Biológicas pela UFRRJ, membro do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (MST/RJ). E-mail: [raonilustosa@gmail.com](mailto:raonilustosa@gmail.com);

<sup>4</sup>Graduando em Saúde Coletiva pela UFRJ, membro do Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (SOLTEC/UFRJ). E-mail: [cezariosc@gmail.com](mailto:cezariosc@gmail.com);

<sup>5</sup>Graduanda em Biotecnologia pela UFRJ, membro do Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (SOLTEC/UFRJ). E-mail: [gomes.mayaram@gmail.com](mailto:gomes.mayaram@gmail.com).

**Resumo:** O presente relato trata do processo de construção do curso estadual de gestão de cooperativas, associações e coletivos de trabalho na agricultura familiar. A proposta é fruto de uma articulação iniciada em 2014 entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOLTEC/UFRJ) e o CEFET/RJ unidade Nova Iguaçu. A proposta do curso, embasada metodologicamente a partir da Educação Popular, da Pesquisa-ação e da Pedagogia da Alternância, aponta para o protagonismo dos educandos no processo de construção do conhecimento como condição necessária desde a sua concepção. A proposta base contempla os seguintes temas: fundamentos do cooperativismo e associativismo; gestão Financeira e contabilidade cooperativa; organização do trabalho, planejamento e controle da produção agroecológica e; cadeias produtivas solidárias e mercados institucionais.

**Palavras-chave:** Educação Popular; Gestão da Produção Agroecológica; MST.



## 1. Introdução

Fruto de uma articulação iniciada em 2014, entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOLTEC/UFRJ), este relato trata do processo atual de um dos objetivos dessa parceria em construção, posteriormente, somada ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) unidade Nova Iguaçu. O Núcleo, fundado em 2003, é resultado da mobilização de estudantes interessados na promoção de direitos sociais e em buscar outros caminhos profissionais possíveis dentro da Engenharia.

O objetivo do SOLTEC/UFRJ é permitir que os estudantes de graduação possam se envolver com problemas sociais da população brasileira, contribuindo, em uma atuação interdisciplinar, em projetos que procuram aproximar a tecnologia das questões sociais prementes da nossa sociedade. Ao longo desses anos, o SOLTEC/UFRJ desenvolveu uma série de ações de ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas como economia solidária, populações tradicionais, fábricas recuperadas e tecnologia social. Esse projeto está inserido em uma perspectiva ampla do Núcleo que visa maior aproximação com os movimentos sociais e a construção de uma base de conhecimento na área da Engenharia de Produção que sirva ao campo da agricultura familiar, particularmente aos assentados da reforma agrária.

Após um golpe de estado, o momento que estamos passando está ainda mais complicado e mais do que nunca é necessário o fortalecimento do trabalho de base junto à classe trabalhadora, operária e camponesa. Nesse sentido, compreendemos a necessidade do fortalecimento de cooperativas, associações e coletivos de trabalho enquanto instrumento de organização da classe trabalhadora. Este relato trata do processo de construção do curso de gestão de cooperativas, associações e coletivos de trabalho na agricultura familiar em fase inicial de execução. Já que o primeiro módulo está previsto para iniciar na penúltima semana de setembro de 2016.

No decorrer do texto apresentamos primeiramente o histórico, os objetivos da experiência e os objetivos específicos deste relato. Na sequência detalhamos o relato da experiência, assim como o



suporte teórico-metodológico que estamos utilizando, quais sejam, a Educação Popular, a Pesquisa-ação e a Pedagogia da Alternância. Em seguida expomos outros referenciais teóricos que nos orientam e dialogam com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia. Por fim, apresentamos as considerações finais, desafios, aprendizados e perspectivas com o andamento do curso.

## **2. Histórico e objetivos da experiência**

No ano de 2015, foi desenvolvido um projeto de extensão junto à Cooperativa Agroecológica Terra Fértil (Coopaterra) com o objetivo de apoiar a gestão, produção e estruturação da Coopaterra através do seu Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Social e Ambiental (EVTESA) e de atividades de formação e assessoria. O início do projeto está vinculado a dois movimentos independentes, mas complementares. O primeiro, uma demanda de apoio a uma cooperativa de agricultores assentados, apresentada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao SOLTEC/UFRJ. O segundo a proposta, nascida no âmbito da Rede de Engenharia Popular Osvaldo Sevá (REPOS), de construção de um curso de Engenharia de Produção da Agricultura Familiar a ser enviado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária ( PRONERA). A articulação desses movimentos, estruturada a partir de uma prática de extensão universitária baseada nos princípios da pesquisa-ação, guiou as atividades construídas a partir daí.

O projeto de extensão junto à Coopaterra fechou um ciclo<sup>1</sup> após a realização do EVTESA, com a primeira versão do curso de extensão Gestão de Cooperativas na Agricultura Familiar. Um dos objetivos principais foi o de apoiar os processos de produção, comercialização e gestão da cooperativa a partir da construção de ferramentas e metodologias de gestão. As temáticas trabalhadas no curso, Gestão Financeira / Contabilidade e Planejamento e Controle da Produção, emergiram a partir do EVTESA e foram selecionadas junto à Coopaterra considerando as prioridades do grupo, o curto tempo disponível e a capacidade técnica dos formadores.

---

<sup>1</sup> Trataremos desse processo em outro relato de experiência, também submetido ao II SNEA.



A avaliação do curso foi positiva, o que levou a construir, conjuntamente, uma proposta de um curso que pudesse contribuir para o fortalecimento de diferentes coletivos de produção ligados ao MST no estado do Rio de Janeiro. A partir de algumas reuniões realizadas, no início de 2016, entre SOLTEC e MST, considerando a conjuntura do estado fluminense, a precariedade na assistência técnica e nos processos formativos voltados para a consolidação de cooperativas populares, assim como as demandas reais de coletivos de produção formais e informais, foi elaborada uma nova proposta de curso, com o mesmo título, mas procurando abordar mais temas e com um maior impacto.

O objetivo geral segue a linha do curso de 2015, apoiar os processos de produção, comercialização e gestão da cooperativa, associações e coletivos de trabalho a partir da construção de ferramentas e metodologias de gestão. A proposta base contempla os seguintes temas: Fundamentos do Cooperativismo e Associativismo; Gestão Financeira, conceitos básicos e contabilidade cooperativa; Organização do Trabalho, Planejamento e Controle da Produção e; Cadeias Produtivas Solidárias e Acesso à Mercados Institucionais. Além desses temas centrais, trabalharemos fundamentos básicos de informática, como atividade suporte a tais temas.

### **3. Objetivos do texto**

Nosso principal objetivo com esse relato é abrir o diálogo interdisciplinar com outras experiências nacionais no âmbito da formação em agroecologia. Conforme apresentado, nosso núcleo de extensão ainda é incipiente na atuação no campo, portanto é nossa diretriz participar de espaços de articulação da natureza do II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (II SNEA). O momento é oportuno também pois o curso está em fase de execução, sendo assim, as trocas podem reverberar direta e indiretamente na proposta.

Ao nos inserirmos no universo agrário, campo com vasto acúmulo, é importante também divulgar nossas ações para além dos nossos parceiros institucionais, possibilitando novas parcerias com outros atores, assim como contribuições através de críticas propositivas aos processos que estamos consolidando.



#### **4. Descrição e reflexões sobre a experiência**

Na proposta do curso de 2016 uma das preocupações está sendo a de fortalecer as estruturas organizativas existentes nos assentamentos/acampamentos e construir, a partir delas, os preceitos do curso. Nesse sentido, o princípio da dialogicidade foi uma das nossas diretrizes desde a concepção do curso, até a fase preparatória e de apresentação do curso aos novos educandos. Para indicação/seleção dos assentados educandos, os formadores do curso participaram das reuniões regionais do Setor de Produção e Saúde, instância composta por coordenadores do setor de assentamentos/acampamentos de uma mesma microrregião do estado. Em cada reunião fora apresentada a proposta do curso como um ponto de pauta da reunião, onde os assentados puderam esclarecer dúvidas e fazer contribuições ao processo em construção. Após a apresentação, os coletivos interessados tiveram um tempo para discutir as indicações dos educandos para o curso.

Com o intuito de conhecer um pouco mais os educandos, como atividade prévia ao início do curso, a Coordenação Político Pedagógica elaborou uma proposta de ficha de inscrição onde está sendo levantado o perfil da turma, com o cuidado de colher individualmente as considerações dos educandos a respeito das suas trajetórias, dos seus cotidianos, bem como dos coletivos que fazem parte. Além de fornecer subsídios sobre o perfil da turma, as fichas foram fonte de informação para ajustar os objetivos do curso. Apesar de termos levantado os objetivos no início do processo de construção do curso, com as informações concretas de quantos coletivos produtivos estariam representados, se seriam compostos por cooperativas, associações, ou coletivos informais, consolidados ou mais incipientes, refinamos os objetivos do curso de acordo com as diversas realidades dos educandos.

Fazem parte desse processo formativo: camponeses do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Oswaldo de Oliveira em Macaé; dos assentamentos Irmã Dorothy e Roseli Nunes, na regional sul (microrregião Vale do Paraíba Fluminense e Barra do Piraí); do acampamento Marli Pereira e do assentamento Terra Prometida, na Baixada Fluminense e; dos assentamentos Zumbi dos Palmares, Paz



na Terra, Josué de Castro, Che Guevara/Ilha Grande e Dandara dos Palmares, na microrregião de Campos dos Goytacazes. O convite ao curso foi feito também a produtores que compõem o Movimento dos Pequenos Agricultores e, fortalecendo a integração campo-cidade, convidamos representantes da ocupação urbana do município do Rio de Janeiro, Vito Giannotti.

Os educandos em sua grande maioria são assentados da reforma agrária que compõem coletivos de produtores, ou seja, estão envolvidos em alguma atividade produtiva. Para dar concretude às ações desenvolvidas durante o curso, será a partir de tais atividades produtivas (específica de cada coletivo) que trabalharemos prática e conceitualmente os conteúdos propostos. A intenção de partir da realidade dos educandos também vai contra a educação bancária, sinalada por Freire (1970), pois está em consonância com os princípios da Educação Popular, a educação como prática de liberdade, tendo em vista a transformação social. Como o mesmo autor nos elucida na obra *Extensão ou Comunicação* (1969, p. 24) “neste caso, aos homens se lhe problematiza sua situação concreta e objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente sobre ela”.

Nesse sentido, metodologicamente, a construção e a coordenação do curso fundamentam-se na pesquisa-ação, que segundo Thiollent (2011):

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p.20).

Dando concretude ao desafio de pesquisar e agir de modo cooperativo, o método organizativo do curso busca envolver e valorizar a plena participação de todos os sujeitos no processo de condução e construção do mesmo, bem como contribuir com a formação política e cidadã destes sujeitos tendo como princípios a participação democrática, a condução coletiva do curso bem como o fortalecimento de valores como o respeito, o planejamento, a disciplina, etc.

Para tal, o curso se estrutura a partir da Pedagogia da Alternância, que parte do pressuposto que a construção do conhecimento se consolida a partir da leitura e atuação da realidade. Dessa forma, a teoria e a prática se coloca como processos contínuos e dialéticos da formação humana. Esta pedagogia



tem como método pedagógico, o Tempo Escola e o Tempo Comunidade. O Tempo Escola (TE) é o tempo de presença direta dos educandos na UFRJ para o desenvolvimento do conjunto de atividades do curso e dos processos de gestão democrática do mesmo. Este tempo é organizado através de tempos educativos menores, conforme estratégia pedagógica definida em cada momento. Vale ressaltar que segundo a pedagogia do MST, “a escola não é só um lugar de estudo em sala de aula. Se a escola é um lugar de formação humana, as várias dimensões da vida devem ter lugar nela, sendo trabalhadas de modo que se tornem educativas” (ITERRA 2004, p. 43).

O Tempo Comunidade (TC), por sua vez, é o tempo de retorno ou de presença direta dos educandos no dia a dia dos acampamentos e assentamentos desenvolvendo atividades a partir dos roteiros construídos no Tempo Escola e/ou pelas instâncias dos seus respectivos coletivos. No TC são combinadas atividades de estudo com a participação direta nas ações dos respectivos coletivos que os educandos compõem, considerando as especificidades do curso. As atividades desenvolvidas durante o Tempo Comunidade em cada módulo alimentam os seguintes, e mais importante, mantém vivo o elo entre a teoria e a prática.

Na Pedagogia da Alternância, é necessário haver um *continuum* entre os tempos escola e os tempos comunidade. Não é o caso de uma mera separação entre um tempo teórico e um tempo prático, mas vai além, há prática no Tempo Escola e há teoria sendo desenvolvida no Tempo Comunidade. Tal *continuum* é que dá a tônica para a integração. Portanto, o desenho geral do curso é composto de seis módulos, cada um dividido entre Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). O TE será realizado em encontros mensais de dois dias (16h/mês) na UFRJ. Nos intervalos entre os módulos, serão desenvolvidas as ações do TC nos territórios dos educandos. Tais ações contarão com a presença dos educadores para atividades de orientação e acompanhamento.

Sendo assim, a estrutura organizativa deste curso tem como pretensão contribuir com a organização destes sujeitos à apropriação dos conhecimentos que permearão os debates, a partir da materialidade de suas vidas concretas e de sua inserção nas organizações sociais. Considerando o trabalho como princípio educativo, com o intuito de envolver os educandos na cogestão do curso, desenvolver relações de cooperação que gerem autonomia e propiciar a horizontalidade entre



educandos e educadores, a gestão do curso é composta por Núcleos de Base (NBs) e Coletivos de Trabalho.

Os Núcleos de Base objetivam a organização das educandas e educandos como unidade política, propiciando maior participação destas e destes nos processos de construção do curso, também por finalidade a divisão de tarefas e responsabilidades, descentralizando a gestão. Desta maneira, cada NB será responsável a cada etapa de um dos coletivos de trabalho proposto. A divisão e organização dos NBs acontecerá a partir da territorialidade de cada educando, contribuindo assim, para o seu funcionamento durante o Tempo Comunidade. Os coletivos de trabalho funcionarão em todas as etapas dos Tempos Escola, sendo distribuída a responsabilidade por NB em cada etapa.

A priori os coletivos são: (a) Estadia, infraestrutura e limpeza, com a tarefa principal de fazer a mediação com o espaço em que a turma está alojada para garantir um atendimento adequado às necessidades da turma e resolver questões gerais de infraestrutura, alimentação e manutenção, além de orientar a todas e todos em relação à limpeza dos espaços utilizados para que a responsabilidade pela higiene dos locais de vivência no TE seja de responsabilidade da turma; (b) Memória e Registro, cuja tarefa é organizar as diversas formas de registro das atividades desenvolvidas, facilitando o caráter pedagógico da comunicação entre os atores envolvidos, bem como organizar as informações e materiais necessários para a execução das atividades (c) Saúde e Ciranda, com a atribuição de organizar e coordenar o atendimento à saúde na turma a partir das condições existentes no local de realização da etapa, cuidar da saúde preventiva da turma, através de orientações de hábitos saudáveis individuais e coletivos. Deve também organizar e planejar a ciranda, observando local, materiais e lanches necessários às crianças que estarão presentes na etapa; e (d) Cultura e Mística com o compromisso de organizar e coordenar a realização das atividades culturais durante a etapa, assessorar os NB's nos seus momentos de místicas e coordenar a preparação dos ambientes de convívio da turma.

## **5. Diálogo com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia**



Quando pensamos em organizações coletivas que dialogam diretamente com o mercado, emerge a contradição entre a lógica da solidariedade – intrínseca a organizações coletivas com projeto de transformação da sociedade – e a lógica dominante da competição, estimulada pelo mercado. Nesse sentido, partimos do entendimento das cooperativas de camponeses sob a ótica dos sítios simbólicos de pertencimento, que segundo Zaoual (2006, p. 219) “o procedimento de mercado é aceito com a condição de não introduzir todos os transtornos da economia mercantil e de coabitar com outras formas de coordenação endógena de tipo comunitário”. Como as cooperativas camponesas estão inseridas num sistema macro, hegemonicamente capitalista, estar ou não estar no mercado não é uma escolha da cooperativa, mas uma condição quase que necessária para sua subsistência.

Ao traçar os antecedentes históricos da administração da produção, Chiavenato (1993) destaca as influências da organização da Igreja Católica, da organização Militar, da Revolução Industrial, dos economistas liberais e dos pioneiros e empreendedores. Um dos pontos de convergência de tais influências, segundo o autor seria a estrutura piramidal de organização, onde ocorre a “centralização do comando e a descentralização da execução” (CHIAVENATO, 1993, p.54). Essa é a base de um modelo de planejamento em que a concepção e a execução estão separadas, e tais etapas são realizadas por atores de níveis hierárquicos distintos. Ou, segundo o dito popular, manda quem pode, obedece quem tem juízo.

Entretanto, quando nos referimos a empreendimentos autogestionários, um dos principais objetivos é justamente a aproximação entre as tarefas de concepção e de execução, pois entendem que são indissociáveis. Mais do que isso, Cruz (2006) apresenta tais empreendimentos sob os seguintes termos:

*(...) o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais a) o trabalho; b) a propriedade de seus meios de operação (...); c) os resultados econômicos do empreendimento; d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento; e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (CRUZ, 2006, p. 69, grifo nosso).*



A intenção de se buscar relações de igualdade e de solidariedade entre os membros de uma cooperativa entra em choque com os princípios hierárquicos e alienantes definidos pela administração clássica da produção. No caso da organização cooperativa, outras variáveis são consideradas além da geração de renda dos cooperados: se a produção está fortalecendo processos de auto-organização dos e das camponesas, dos jovens; se existe pluralidade no público que está sendo atendido; se os alimentos estão sendo produzidos de maneira saudável tanto para produtores como para os consumidores e; se a organização social e produtiva está em consonância com os princípios da agroecologia.

Nosso ponto de partida é, portanto, uma ressignificação da administração da produção, considerando as especificidades de uma cooperativa popular do campo. Pois, como podem as ferramentas de planejamento e gestão construídas a partir de princípios hierárquicos, com objetivo de, nos empreendimentos, dividir entre os que pensam e os que executam, servir para organizações produtivas para as quais é necessário reaproximas as etapas de concepção e de execução, assim como a inserção de outros valores hegemonicamente desprezados?

Compreendemos que os princípios da agroecologia podem nos fornecer subsídios para a proposição de uma nova forma de ressignificar a administração da produção. A agroecologia, que vai além de um conjunto de técnicas, segundo Sevilla-Guzmán (2001), pode ser apresentada como:

(...) o manejo ecológico dos recursos naturais *por meio de formas de ação social coletiva* que apresentam alternativas à atual crise civilizatória. E isso *por meio de propostas participativas, desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos*, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo (Sevilla-Guzmán, 2001, p. 1. Tradução e *grifo nosso*).

Construir formas de ação social coletiva a partir do campo da agroecologia passa por voltar a integrar os processos de concepção, planejamento e execução sob o domínio do camponês. O trabalho, na perspectiva agroecológica atinge níveis emancipadores uma vez que o camponês tem maior controle e autonomia do uso da terra (MAZALLA NETO, 2015). Ainda segundo esse autor, tal experiência emancipadora apresenta maior saber técnico e uso dos recursos locais como insumos, diminuindo a dependência externa e, de certa forma, emancipando o trabalho através do domínio técnico.



A valorização do conhecimento local é um dos pontos de partida da agroecologia e pré-requisito para as propostas participativas de ação, seja na produção, seja na circulação dos produtos. Isto significa que os produtores rurais são detentores de saberes e assim, devem ser protagonistas nos processos de pesquisa e inovação, com capacidade de questionar tais “avanços tecnológicos”, seus processos de desenvolvimento e suas consequências. A agroecologia propõe, portanto, um processo dialógico de construção de novos conhecimentos que sejam compatíveis com os princípios e metodologias da agricultura de base ecológica e que possibilitem o resgate de saberes tradicionais, envolvendo profissionais de diferentes áreas nessa construção que é gradual e multilinear.

A agroecologia está intimamente ligada a diversidade e pluralidade. Não é um sistema impositivo, pois a partir de um enfoque multidisciplinar almeja-se a horizontalidade entre os saberes popular e científico. À medida que os camponeses entram em contato e requisitam serviços de apoio, como os das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), modificam a forma de atuar dos seus técnicos para que os camponeses passem a ser os verdadeiros protagonistas da relação de assessoria. Segundo Sabourin et al (2014, p. 111), “embora a EMBRAPA e a EMATER proponham uma ‘invenção’, é o produtor, muitas vezes em interação com outros colegas, quem realiza a adaptação da proposta técnica às condições reais, quer dizer, o processo de inovação”.

Desta forma, a proposta do curso, metodologicamente embasada a partir da Educação Popular, da Pesquisa-ação e da Pedagogia da Alternância, aponta para o protagonismo dos camponeses no processo de construção do conhecimento como condição necessária desde a sua concepção. O método pedagógico através dos Tempos Escola e dos Tempos Comunidade proporcionam a estruturação do andamento do curso, seja da teorização, da reflexão ou da ação, a partir das diferentes realidades dos distintos territórios de origem dos educandos. A partir das considerações acima, acreditamos que a proposta do curso de gestão de cooperativas está em consonância com os princípios da educação em agroecologia.

## 6. Considerações finais



Ao longo do ano de 2016 acumulamos e concretizamos uma proposta de curso mais robusta do que a que foi realizada em 2015. Através de estudos, visitas aos territórios, participação de reuniões estamos pouco a pouco alcançando o objetivo de montar um curso em que seja pensada e estruturada a efetiva participação dos camponeses-educandos enquanto condição necessária para a sua execução. Aproximar áreas do conhecimento, historicamente voltadas para um viés urbano industrial, como é caso da Engenharia de Produção ou da Administração, aos setores populares e do campo, à medida que apresenta avanços, teórica e metodologicamente, traz consigo uma série de desafios.

A pluralidade das formas de organização da produção agroecológica inseridas em diferentes contextos não pode ficar restrita a um modelo de gestão centralizado, único e vertical. A agroecologia, como forma de ação social coletiva, demanda outras formas operação da administração da produção por meio de propostas participativas que levem em consideração a não segmentação entre a concepção e execução, características que convergem com as que descrevem as cooperativas autogestionárias.

Um dos nossos desafios, enquanto educadores e educandos é tentar garantir processos de elaboração de modelos de gestão que estejam em consonância com os princípios da autogestão e da agroecologia. Acreditamos que um dos caminhos é através da aproximação cada vez maior entre universidades e movimentos sociais. A pedagogia do MST tem acumulado ao longo de décadas propostas de formação. Nesse sentido, a composição da CPP com membros do SOLTEC e do MST, apresenta uma oportunidade de articulação entre os saberes do campo e da cidade.

A proposta do curso parte da aproximação entre diferentes saberes, alimentando a complexidade do pensamento agroecológico. Ao compreendermos que a proposta do curso deve estar em construção permanente, e que o currículo não é estático, sua realização servirá de subsídios para outras versões do curso, com outros camponeses, em outros territórios, com outras realidades. Apesar do momento político nacional não estar favorável a transformações sociais positivas, não perdemos de vista a perspectiva de um curso de Engenharia de Produção da Agricultura Familiar a ser enviado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. A experiência do curso acumula também neste sentido.



Enxergamos também que o Tempo Escola é um espaço privilegiado de troca de saberes entre os educandos de diferentes regiões do estado. Essa é uma dimensão que deve ser cuidadosamente trabalhada. Por ser um curso estadual, por outro lado, é um desafio o acompanhamento dos Tempos Comunidade, considerando as diferentes realidades, o deslocamento dos educandos e dos educadores, as diferenças culturais e etárias. Por fim, não perdemos a perspectiva de avançar na cadeia produtiva dos alimentos (estruturas de beneficiamento, de distribuição). Tal avanço requer organização, que deve se manter fiel aos princípios que deram origem aos assentamentos / acampamentos da reforma agrária.

## Referências

CRUZ, A. *A diferença da igualdade. A dinâmica econômica da Economia Solidária em quatro cidades do mercosul*. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 2006

CHIAVENATO, I. *Teoria geral da administração: abordagens prescritivas e normativas da administração*. 4. ed. São Paulo, McGraw-Hill; Makron Books, 1993. 1ª ed. 1976

ITERRA. *Projeto Pedagógico – Curso Normal*. Instituto de Educação Josué de Castro. Cadernos do ITERRA. Ano IV, nº 10, 2004

MAZALLA NETO, W., *Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho*. In: NOVAES, H.T., MAZIN, A.D., SANTOS, L., *Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, pp. 231-262, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação ?* 4ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SABOURIN, E., THOMAS, S., EGRET, L. et al. *Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal*. *Sustentabilidade em debate*, v.5 n. 3, pp. 98-119, 2014

SEVILLA-GUZMÁN, E. *La agroecología como estrategia metodológica de transformación social*. Córdoba, Espanha: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba 2001. Disponível em: [https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/la\\_agroecologia\\_comoEduardo-Sevilla.pdf](https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/la_agroecologia_comoEduardo-Sevilla.pdf) Acesso em 02 dezembro de 2015

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-Ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



ZAOUAL, H. *Novas economias das iniciativas locais. Uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A, Consulado Geral da França, COPPE/UFRJ, 2006.